

cificar as áreas mínimas que deverão limitar as futuras reservas. O Brasil dispõe, atualmente, de 27 reservas e 18 parques, mas, na opinião dos cientistas, estes locais não apresentam condições ecológicas ideais para seu manejo e manutenção. Apontaram ainda os técnicos que com as reservas biológicas haverá maiores condições de se fazer cumprir a Lei n.º 5 197, de proteção à fauna.

O Sr. Thomas L. Kimbali, da National Wildlife Federation Washington, analisou o "Cumprimento das Disposições Legais no Serviço de Parques Nacionais", dizendo que "nenhuma exposição sobre imposição da lei em situações que ocorrem nos parques nacionais estará sem uma compreensão do papel desempenhado pelo pessoal uniformizado encarregado de fazer cumprir a lei". Disse o Sr. Thomas Kimbali que "o povo freqüenta os parques nacionais em busca de inspiração, repouso e refrigério, e cabe ao serviço de parques administrar essas áreas de forma a manter íntegras as finalidades para as quais foram instituídas".

— Para melhor entender-se o assunto — acentuou — há que se fazer referências à história do sistema de Parques Nacionais nos EUA. O primeiro parque, o de Yellowstone, foi criado em 1872 para proteger a vida silvestre contra seus destruidores e conservar uma região de grande beleza cênica.

— Na medida em que a população cresce, tem-se procurado estimar o progresso do país em termos de maior rendimento, através da utilização crescente dos recursos naturais, sem levar

em conta os problemas de preservação dos ambientes, por meio da preservação dos valores estáticos que não podem ser expressos em termos de dinheiro.

— Todo o esforço é feito no sentido de aplicar as medidas coercitivas com equilíbrio, dignidade e bom senso. A detenção nem sempre é a atitude mais aconselhável, e o sucesso na aplicação de uma lei depende mais das qualidades pessoais do funcionário do que a letra da lei, propriamente".

Ao tecer considerações sobre "A Criação de Animais Nativos no Brasil", disse o Sr. Paulo Nogueira Neto, do Departamento de Zoologia da USP, que "no Brasil primitivo, a abundância natural dos bichos constitui um desestímulo à realização de grandes esforços para a sua criação em domesticidade. O índio, porém, criou porcos "europeus", galinhas, perus, já domesticados em outras terras, pois isso era mais fácil".

O Sr. Wolfgang Burhene, presidente da Comissão sobre Legislação de Bonn (Alemanha), discorreu sobre "Novos Métodos no Campo da Legislação Conservacionista". Ao situar a legislação conservacionista dentro do contexto geral da legislação, o Senhor Wolfgang Burhene chamou a atenção para o fato de ser "esse aspecto comumente negligenciado", do que resultou, em todos os países, uma legislação fragmentária composta de normas, atos, decretos isolados e leis de caráter local e especial. Mostrou a necessidade de reunir e comparar essa legislação, o que é dificultado pela ausência de pessoal capacitado e interessado.

## Exposição em Brasília

Foi apresentada ao público no Hotel Nacional, em Brasília, organizada pela Fundação IBGE, sob o patrocínio do Ministério do Planejamento, exposição sobre o Brasil, em que o nosso país foi simbolicamente mostrado por meio de números, gráficos, pranchas, tabelas estatísticas, mapas e cartas geográficas.

A exposição esteve aberta no início de dezembro, encerrando-se no dia 12 daquele mês. Os gráficos, cartogramas e quadros estatísticos, além de fotografias e ilustrações, traduziam o estado e a dinâmica da população, o vulto e o desenvolvimento da produção em geral, o movimento comercial e financeiro, a situação educacional e outras particula-

ridades da vida nacional como um todo, e de suas diversas regiões, constituindo rico e atualizado documentário de nossas realizações nos últimos anos.

Os trabalhos apresentados procuraram evidenciar um esforço de renovação, expansão e aperfeiçoamento, intensificado ultimamente pela Fundação IBGE para colocar o sistema estatístico-geográfico brasileiro no nível exigido pelo desenvolvimento do País.

Brasília esteve presente na Exposição através de numerosos gráficos estatísticos e de fotografias que espelham seu crescimento vertiginoso. Todos os aspectos do rápido desenvolvimento da Capital da República foram focalizados num "stand" à parte, que se preocupou, inclusive com a expansão dos seus meios de transportes, retratando a curva ascensional representada pelos coletivos postos a serviço de sua população.

Além de estarem representados os diversos aspectos do desenvolvimento do Distrito Federal, a Exposição apresentou artísticas fotografias da vida brasileira e uma bela Carta-Guia da cidade.

Destacou-se na Exposição o conjunto de vinte gráficos que refletem a chamada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — moderna indagação realizada pela técnica da amostragem —, pela qual são colhidos resultados trimestrais, que antes somente eram possíveis através dos Censos decenais. Apresentando dados sobre população, domicílios, migração interna, educação e força-de-trabalho, a pesquisa da Fundação IBGE mostrou resultados atualizadíssimos desse levantamento por processo científico referentes a quatro regiões do Brasil.

Publicações estatísticas e sobre assuntos geográficos foram expostas, valendo destacar o "Anuário Estatístico do Brasil — 1968", o "Atlas Geográfico Nacional", os quinze volumes do "Cadastro Industrial", a "Indústria de Transformação" (com dados referentes ao 1.º semestre de 1968), a "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios", relativa ao 2.º trimestre

dêste ano, a "Indústria de Construção Civil", com dados relativos a junho de 1968, os "Subsídios à Regionalização", as "Paisagens do Brasil", a "Rodovia Belém-Brasília", a "Sinopse Estatística do Estado de São Paulo", a "Sinopse Estatística de Pernambuco" e numerosas monografias municipais, entre elas se destacando as de Recife e Brasília.

A mostra reuniu 301 documentos, entre gráficos, mapas, pranchas, cartogramas, fotografias e ilustrações, assim distribuídos: 12 gráficos sobre população, 47 sobre produção agrícola, 14 sobre estação mineral e vegetal, 101 sobre indústria de transformação, 8 sobre construção civil, 18 sobre educação, 20 sobre preços, 60 relativos à pesquisa domiciliar e 14 referentes a Brasília.

A exposição, que foi bastante concorrida, compareceram altas autoridades, entre as quais o Sr. Joaquim dos Santos Painhas, sub-chefe da Casa Civil da Presidência da República, representantes dos Ministérios, o Presidente da Fundação IBGE, prof. Sebastião Aguiar Ayres, prof. Ney Strauch, prof. José Oswaldo Fogaça, D.<sup>ra</sup> Cecília Zarur e outras.

A seguir relacionamos os mapas, cartogramas e publicações que foram mostrados ao público, em Brasília:

Mapa Geomorfológico; Mapa Clima; Mapa Vegetação; Mapa Densidade de População; Mapa População Urbana; Mapa Variação da População Rural; Mapa Pessoal Ocupado nas Atividades Agrícolas; Mapa Relação entre arados e Área Cultivada; Mapa Lavou-  
ras; Mapa Pastagens; Mapa Regiões Agrícolas; Mapa Indústria Metalúrgica Pessoal Ocupado; Mapa Indústria Mecânica Pessoal Ocupado; Mapa Indústria Têxtil Pessoal Ocupado; Mapa Inversão de Capital nas Indústrias; Mapa Comércio-centros de 2.º grau; Mapa Comércio-centros de 1.º grau; Mapa Comércio — São Paulo e Rio de Janeiro; Mapa Rêdes Urbanas; Mapa Centros de Direção da Atividade Industrial; Mapa Equipamento em Eletricidade; Mapa Equipamento em Es-gôto; Mapa Equipamento em Água; Mapa Número de Leitões por Hospitais; Mapa da Divisão Regional do Brasil;

Mapa Rodovias; Mapa Transportes Aéreos; Mapa Ferrovias; Mapa do Brasil Físico; Mapa do Brasil Político; Mapa do Brasil para uso nas Escolas; Mapa de Três Rios — 1:50 000; Mapa de Itiúba — 1:100 000; Mapa de Curitiba — 1:500 000; Mapa de Curitiba — 1: 1 000 000; Mapa do Rio Grande do Norte; Mapa do Ceará; Mapa do Espírito Santo; Mapa de Mosaico — Anápoles (GO); Mapa Municipal — Canguaretama; CARTOGRAMAS: Triangulação; Nivelamento; Apoio Suplementar; Produções de Cartas Topográ-

ficas; Carta do Brasil — 1: 1 000 000; Carta do Brasil — 1: 5 000 000; Programa de Mosaico para o Censo de 1970; PUBLICAÇÕES: Subsídios à Regionalização; “Nôvo” Paisagens do Brasil; Geografia da Guanabara; Áreas Mínimas de Comparação; Grande Região Sul — Vol. I e II; Rodovia Belém-Brasília; Curso de Férias; Atlas do Brasil; Revista Brasileira de Geografia; Micro-Regiões Homogêneas;

Cada série de mapas e cartogramas foi acompanhado de fotos alusivas aos assuntos respectivos.

## Plano Nacional de Navegação Fluvial

Foram iniciados, em fins de 1968, estudos para elaboração do Plano Nacional de Navegação Fluvial, que inclui financiamento para aquisição de embarcações adequadas aos diversos tipos de rios, formação de empresas de transportes fluviais e a racionalização e modernização das firmas já existentes. Os trabalhos compreendem, também, levantamento potencial da carga para a rede fluvial.

Estudos recentes concluíram que a rede fluvial do Brasil totaliza 6,7 milhões de quilômetros quadrados, assim distribuídos: Amazônia com 4,7 milhões de km<sup>2</sup>; São Francisco, 631 mil km<sup>2</sup> e as bacias do Paraguai e Uruguai com, respectivamente, 345 mil e 178 mil km<sup>2</sup>.

Em declarações prestadas à Imprensa, o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, afirmou que a criação da Cia. Brasileira de Dragagem, no início do governo Costa e Silva, representou um passo decisivo para melhoria e expansão dos portos do País, que tem no setor da dragagem sua base fundamental de operação econômica.

“Com as obras já executadas durante apenas 9 meses de existência da CBD — acrescentou — vários portos do País, inclusive o de Santos, passaram a permitir a atracação de navios de maior tonelagem do que aqueles que antes das obras atracavam normalmente em seus ancoradouros”.

O Ministro Mario Andreazza revelou ainda que se encontram em execução as seguintes obras: dragagem do rio Paraíba; porto de Natal, no valor de 3,5 milhões de cruzeiros novos; porto de Santos, 4 milhões; Paranaguá, 596 mil cruzeiros novos; porto do Rio de Janeiro, cais da Gamboa, 1 milhão de cruzeiros novos; Salvador, 831 mil cruzeiros novos; ponta da Ribeira, ilha do Governador, 164 mil cruzeiros novos; e dragagem na margem direita do rio Paraíba, próximo a São João da Barra, obra que permitirá a recuperação de áreas industriais da região, integrando o programa de desenvolvimento da região que se estende entre os Estados do Rio e São Paulo, e custará 6,2 milhões.